

## **RELATO DE EXPERIÊNCIA DE TRABALHO VOLUNTÁRIO EM SALA DE AULA PARA MIGRANTES INTERNACIONAIS E REFUGIADOS: UM CAMINHO PARA O ACOLHIMENTO**

**ELIEGE PEREIRA DOS REIS LIMA<sup>1</sup>**

Discente do Curso de Letras Português – IFSP/*Campus* São Paulo

### **RESUMO**

O artigo apresenta um relato de experiência sobre o Projeto Português para Migrantes Internacionais e Refugiados, desenvolvido na EMEF Espaço de Bitita em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). Este projeto visa a capacitar estudantes a se comunicarem em português em situações cotidianas, promovendo o diálogo intercultural e contribuindo para a sua plena integração social e acesso aos direitos.

**Palavras-chave:** Imigrantes; Língua de Acolhimento; Português.

### ***INFORME DE EXPERIENCIA DE VOLUNTARIADO EN EL AULA PARA MIGRANTES Y REFUGIADOS INTERNACIONALES: UN CAMINO PARA LA ACOGIDA***

### **RESUMEN**

*El artículo presenta un relato de experiencia sobre el Proyecto Portugués para Migrantes y Refugiados Internacionales, desarrollado en la EMEF Espaço de Bitita en colaboración con el Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de São Paulo (IFSP). Este proyecto tiene como objetivo permitir a los estudiantes comunicarse en portugués en situaciones cotidianas, promoviendo el diálogo intercultural y contribuyendo a su plena integración social y acceso a derechos.*

**Palabras clave:** *Inmigrantes; Idioma anfitrión; Portugués.*

### **INTRODUÇÃO**

Acreditamos que a linguagem é a chave para a inclusão. Nesse aspecto, é importante destacar que o projeto sobre o qual elaboramos esse relato de experiência se dedica a oferecer um ambiente acolhedor e estruturado para o aprendizado do português, atendendo às necessidades de migrantes internacionais e refugiados em suas jornadas de integração. Nesse ponto, ressaltamos que, com uma metodologia flexível, que abrange modalidades presencial e *online*, o projeto garante o acesso à educação para 240 estudantes de diversas nacionalidades como: África do Sul, Egito, Gâmbia, Marrocos, Síria, Haiti, Bolívia, Nigéria, Quênia,

---

<sup>1</sup> Endereço eletrônico: [eliege.reis@aluno.ifsp.edu.br](mailto:eliege.reis@aluno.ifsp.edu.br)

República do Congo, Senegal, Sudão, Afeganistão, Arábia Saudita, Líbano, Jordânia, Mianmar, Paquistão, Palestina, Turquia, entre outras.

Além do ensino, é oferecido suporte integral, com uma equipe que conta com 43 voluntários, um organograma independente da escola estruturado com coordenação geral e pedagógica, equipe de mídia comunicação, ação social e cidadania, atividades culturais e acompanhamento das crianças, filhas e filhos das estudantes, durante as aulas. Aqui, citamos que a parceria do *Campus* São Paulo, do Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia de São Paulo/IFSP, com o Espaço de Bitita, enriquece ainda mais essa iniciativa, que se prepara para comemorar uma década de dedicação à construção de um futuro mais justo e igualitário.

Um à parte importante: o projeto passa a ser denominado **Bitita Imigrantes – Português como Língua de Acolhimento**, conformando mais especificamente as ações implementadas ao longo da história, com maior autonomia nas propostas pedagógicas, por exemplo.

O projeto tem como objetivo principal ensinar a língua portuguesa sob uma perspectiva de acolhimento, criando um ambiente seguro e inclusivo para o aprendizado. Para isso, são desenvolvidas atividades que promovem a criação de um espaço de aprendizagem seguro, onde os estudantes se sintam confortáveis para expressar suas dúvidas e dificuldades; o convívio e a interação entre os participantes, incentivando a formação de laços e o apoio mútuo; e a abertura para trocas culturais, valorizando a diversidade e promovendo o respeito às diferentes origens e experiências.

Outro conjunto de ações que faz parte do projeto é o Restabelecimento de Laços Familiares (RLF), que visa a prevenir a separação e o desaparecimento de pessoas, restabelecer e manter o contato entre familiares e esclarecer o paradeiro de indivíduos desaparecidos em contextos de conflitos armados, desastres naturais ou migração internacional. No Espaço de Bitita, o programa de RLF se concentra em oferecer **conectividade** para refugiados e migrantes, por meio de incentivo e campanhas para que migrantes internacionais e refugiados se comuniquem com familiares e amigos.

Também, **o acesso à internet**, permitindo que os indivíduos se comuniquem com familiares e amigos que residem em seus países de origem, via e-mails, mensagens instantâneas ou redes sociais; **chamadas telefônicas internacionais**, a fim de possibilitar que os refugiados e migrantes internacionais realizem chamadas telefônicas para seus familiares,

mesmo que estejam em outros países; e a **distribuição de chips de celulares**<sup>2</sup>, com o objetivo de facilitar o contato com familiares e amigos, permitindo que eles possam se comunicar de modo mais acessível e econômica.

Essas ações são de extrema importância para manter os laços familiares, minimizar o sofrimento causado pela separação e promover a integração dos refugiados e migrantes internacionais na sociedade de acolhimento. Com isso, ao final de cada semestre, o projeto vislumbra que os estudantes se sintam mais confiantes para se comunicar em português, além de desenvolverem um senso de pertencimento e uma maior compreensão da cultura brasileira.

## CONTEXTUALIZAÇÃO DO RELATO DE EXPERIÊNCIA

Diante das múltiplas culturas e origens dos estudantes, a **EMEF Espaço de Bitita** repensa constantemente como celebrar as diversidades e promover a paz no cotidiano, reconhecendo a riqueza das diferentes histórias e vivências presentes em sua comunidade. Nesse contexto, uma das iniciativas mais marcantes é a atuação de uma escola especializada no ensino de português como língua de acolhimento, que visa a facilitar a integração de estudantes que não têm o português como língua materna. Nessa perspectiva, a escola adapta seu currículo e práticas pedagógicas para atender a essa diversidade linguística, proporcionando aos alunos um ambiente inclusivo e acolhedor, onde podem aprender a língua de forma contextualizada e significativa.

Além disso, a transformação no trabalho pedagógico tem sido um pilar importante, como, por exemplo, o fato de as turmas serem agrupadas em formato U, útil em atividades que exigem mais comunicação e colaboração, como discussões em grupo, debates e aulas interativas, e os alunos estudam por meio de roteiros que valorizam a autonomia e o aprendizado ativo, sem a pressão de provas ou aulas tradicionais. Essas mudanças no formato de ensino não apenas contribuem para uma maior adaptação dos estudantes de diferentes origens, como também ajudam a reduzir conflitos, promovendo o respeito mútuo e o desenvolvimento integral de todos os alunos.

Nesse relato, trazemos como o trabalho pedagógico e de acolhimento de uma escola especializada no ensino da Língua portuguesa como língua de acolhimento para migrantes internacionais e refugiados pode promover mudanças na nossa sociedade, desde o exercício

---

<sup>2</sup> Ação realizada pela Cruz Vermelha.

efetivo da cidadania até aspectos de outras ordens, não apenas linguísticas, mas também sociais e econômicas.

Nesse sentido, como a língua segue sendo um dos principais obstáculos enfrentados por migrantes internacionais e refugiados no acesso a direitos, serviços públicos e cidadania plena, iniciativas como a do Espaço de Bitita contribuem para a diminuição dessa distância. Também, é importante o destaque de que se trata de uma escola decolonial com uma proposta educativa que busca romper com os padrões de ensino tradicionais, o que, muitas vezes, estão baseados em uma visão eurocêntrica e colonialista de mundo, bem como busca promover uma educação mais inclusiva, crítica, valorizando as diversas culturas, saberes e experiências marginalizadas.

Em nosso convívio semanal, observamos que o conceito de “decolonialidade” (desmantelamento das estruturas de poder e conhecimento que perpetuam a dominação colonial e a opressão de certos grupos sociais) é posto em prática, marcando um ambiente plural excêntrico em que o objetivo central é uma educação inclusiva e de qualidade, sem suscitar, necessariamente, a obrigação de como ser ou fazer uma educação de qualidade para este público dentro das regras semânticas e gramaticais dentro do organograma de sala de aula de uma escola de ensino tradicional.

## **BASE TEÓRICO-CONCEITUAL**

A língua de acolhimento refere-se à aprendizagem de uma língua não materna em contexto de migração, sendo seu objetivo principal a integração dos sujeitos migrantes à sociedade de acolhimento. Nesse aspecto, é possível afirmar que o que caracteriza a língua de acolhimento é principalmente o público a que é voltada: pessoas que chegam ao novo país pelo processo migratório agravado pelo rompimento dos laços familiares, linguísticos e culturais. Neste âmbito, a língua de acolhimento abrange realidades e públicos que necessitam, de forma urgente, mais do que o ensino de uma língua, ou seja, mais do que o trabalho do professor, e sim de uma política de solidariedade, fazendo-se jus ao que preconiza a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (dignidade, liberdade, igualdade, solidariedade, cidadania e justiça) (União Europeia, 2016, p. 394-401).

É difícil, então, pensar em língua de acolhimento sem a associar à comunicação intercultural, isto é, “ao conhecimento dos valores partilhados e das crenças dos grupos sociais doutros países e regiões, tais como crenças religiosas, tabus, história comum” (Conselho da Europa, 2001, p. 31). Nesse ponto, é fundamental a compreensão do

conhecimento que os ensinantes e aprendentes têm sobre a cultura do seu próprio país e do país do Outro e de como se processa a própria interação (Byram, 1997); além disso, a empatia e a curiosidade pelo país, pelos falantes, pela língua são fundamentais, empatia que tem de ser biunívoca (sentida pelos que recebem e pelos que chegam), aspecto importante para o sucesso no ensino aprendizagem e para a não desistência do público aprendente.

É comum alguns livros de ensino-aprendizagem das línguas apresentarem questões para reflexão (o professor reflexivo), deixando, muitas vezes, mais perguntas do que respostas. Como indicia Brown (2007, p. 520), num tópico designado por “Agents for Change”: “Your role as a socially responsible teacher serves to highlight the fact that you’re not merely a language teacher. You’re much more than that. You’re an agent for change in a world in desperate need of change”; em outros termos, o professor que ensina a língua de acolhimento é obrigatoriamente um agente de mudança.

Nessa perspectiva, para migrantes e refugiados, a apropriação da língua do país de acolhimento se torna necessidade de comunicação diária quanto a trabalho, transporte, consumo, saúde e relações interpessoais, sendo o ensino de português como língua de acolhimento, além dos conhecimentos linguísticos, o “acolher” das diferenças, o respeitar e valorizar as características individuais e culturais com empatia e alteridade. Por isso, podemos afirmar que a **EMEF Espaço de Bitita** é uma escola decolonial, visto que pratica cotidianamente esses pontos que aqui elencamos.

Dessa maneira, trazendo Mignolo (2017, p.13), “colonialidade” equivale a uma “matriz ou padrão colonial de poder”, que se configura como um complexo de relações que se esconde por detrás da retórica da modernidade (o relato da salvação, progresso e felicidade) que justifica a violência da colonialidade; descolonialidade é a resposta necessária tanto às falácias e ficções das promessas de progresso e desenvolvimento que a modernidade contempla, quanto à violência da colonialidade. Em outros termos, o conceito de “decolonialidade” está relacionado com o dismantelamento das estruturas de poder e conhecimento que perpetuam a dominação colonial e a opressão de certos grupos sociais.

Na visão de Walsh (2012, p. 67), a colonialidade do saber é “atravessar o campo do saber, utilizando-o como dispositivo de dominação, a colonialidade penetra e organiza os marcos epistemológicos, academicistas e disciplinares”. E acrescenta que, por isso, opera hoje dentro do discurso de muitos intelectuais “progressistas” que se esforçam em desacreditar tanto as lógicas e racionalidades do conhecer que historicamente e ainda se encontram entre muitos povos e comunidades ancestrais, como os emergentes intentos de construir e

posicionar “pensamentos próprios” de caráter decolonial, caracterizando ambos como invenções fundamentalistas, essencialistas e racistas.

Dessa maneira, como atesta Mignolo (2017), a partir das noções aqui trazidas, é necessário ouvir outras vozes sobre uma mesma narrativa, derrubar um símbolo de violência e ressignificá-lo a partir do território, da cultura local e de suas pessoas, sendo que isso reflete o objetivo central de uma prática de educação decolonial, que busca desafiar as narrativas históricas e culturais dominantes.

Para Oliveira e Candau (2010), a rejeição do eurocentrismo e a valorização de um currículo plural e amplo da história, dos valores e tradições de diferentes povos, portanto, desafia a narrativa única que minimiza ou inviabiliza as contribuições de outras culturas para o desenvolvimento da humanidade, ou seja, a educação decolonial não se limita a um único aspecto, mas permeia todas as dimensões da escola, desde o espaço físico até as relações sociais, culturais e pedagógicas, de forma a transformar a experiência educacional em algo mais inclusivo e respeitoso com as diversidades culturais e históricas.

Portanto, é fundamental não só a abordagem de questões relacionadas à diversidade cultural, mas também o compromisso com a promoção da igualdade racial, de gênero, de classe e de direitos, sempre visando a uma sociedade mais justa, onde todas as pessoas têm as mesmas oportunidades de acesso ao conhecimento e ao poder.

Posto isso, é importante contarmos um pouco da história do refúgio, que, em sua dimensão como fenômeno social, acompanha a humanidade desde os primórdios da civilização, estando, ao longo da história, milhões de pessoas forçadas a deixar seus países de origem em busca de proteção internacional, impulsionadas por uma variedade de fatores, como perseguições políticas, conflitos religiosos, crises sociais, desastres naturais e violência de gênero (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR). Também, (ACNUR), a necessidade de buscar refúgio em terras estrangeiras não é um fenômeno recente, como mostram pesquisas históricas que revelam que regras e mecanismos de proteção para refugiados já existiam em civilizações antigas como Grécia, Roma, Egito e Mesopotâmia.

Retornando à atualidade, de acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), embora as causas e os mecanismos de refúgio tenham evoluído ao longo do tempo, a essência do fenômeno permanece a mesma: pessoas que, por motivos diversos, não podem ou não querem regressar aos seus países de origem e necessitam de proteção internacional. Complementarmente, lembramos que o refúgio é regido por leis e tratados

internacionais, como a Convenção de Genebra de 1951 e o Protocolo de 1967, que estabelecem os direitos e as obrigações dos Estados em relação aos refugiados.

Na América Latina e no Brasil, o conceito de asilo tem raízes históricas no Tratado de Direito Penal Internacional de Montevideu, de 1889, que dedicou um capítulo ao tema. A ACNUR salienta que, ao longo do século XX, diversas convenções consolidaram a importância do asilo como um direito fundamental na região, com destaque para:

|                                                                                                                                                   |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Convenção sobre Asilo de Havana (1928):</b> Buscava uniformizar as normas sobre asilo na América Latina.                                       |
| <b>Convenção sobre Asilo Político de Montevideu (1933):</b> Especificava o asilo político como proteção contra perseguição por motivos políticos. |
| <b>Tratado sobre Asilo e Refúgio Político de Montevideu (1939):</b> Ampliou a proteção para refugiados políticos, além de asilados.               |
| <b>Convenção sobre Asilo Diplomático de Caracas (1954):</b> Regulamentou o asilo em embaixadas e consulados.                                      |

Fonte: ACNUR

O desejo de conhecer novos horizontes, experimentar outras formas de viver a vida. Por outras partes, observamos o movimento em busca do amor e do afeto acompanhando ou se reunindo com pessoas próximas e queridas. Há quem busque encontrar ou encontrar-se em meio a essa caminhada. Há realizações objetivas como ingressar em uma universidade, procurar um novo trabalho, proporcionar melhores condições de vida para si mesmo e para sua família. Em outros caminhos encontramos quem se desloque para sobreviver às condições impróprias que lhes são impostas e às ameaças a sua própria vida. (Currículo da Cidade: Povos Migrantes: orientações pedagógicas - São Paulo (SP). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Currículo da cidade: povos migrantes: orientações pedagógicas.)

No caso específico do Brasil, a partir de março de 1989, com a transferência do escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) para Brasília, houve uma proximidade que resultou em avanços significativos na legislação brasileira sobre refúgio, tendo o Decreto n. 98.602, de 19 de dezembro de 1989, como marco, visto que, ao adotar a alínea (b), do Artigo 1º, B (1) da Convenção de 1951, o país removeu a limitação geográfica que restringia o reconhecimento de refugiados àqueles provenientes da Europa e passou a reconhecer como refugiados indivíduos de qualquer nacionalidade que se enquadrassem na definição da Convenção. Essa decisão representou um avanço crucial na proteção dos direitos humanos no Brasil, alinhando o país com os princípios internacionais de acolhimento e solidariedade.

Por fim, trazemos a informação de que, em 1997, o Brasil promulgou a Lei n. 9.474, que internalizou os conceitos da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, consolidando o

marco legal para a proteção de refugiados no país. Com isso, a trajetória do asilo e do refúgio na América Latina e no Brasil passa a se constituir como um compromisso crescente com a proteção dos direitos humanos e com o acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade. A legislação brasileira, em particular, evoluiu significativamente nas últimas décadas, garantindo o acesso a direitos e oportunidades para refugiados de diversas nacionalidades.

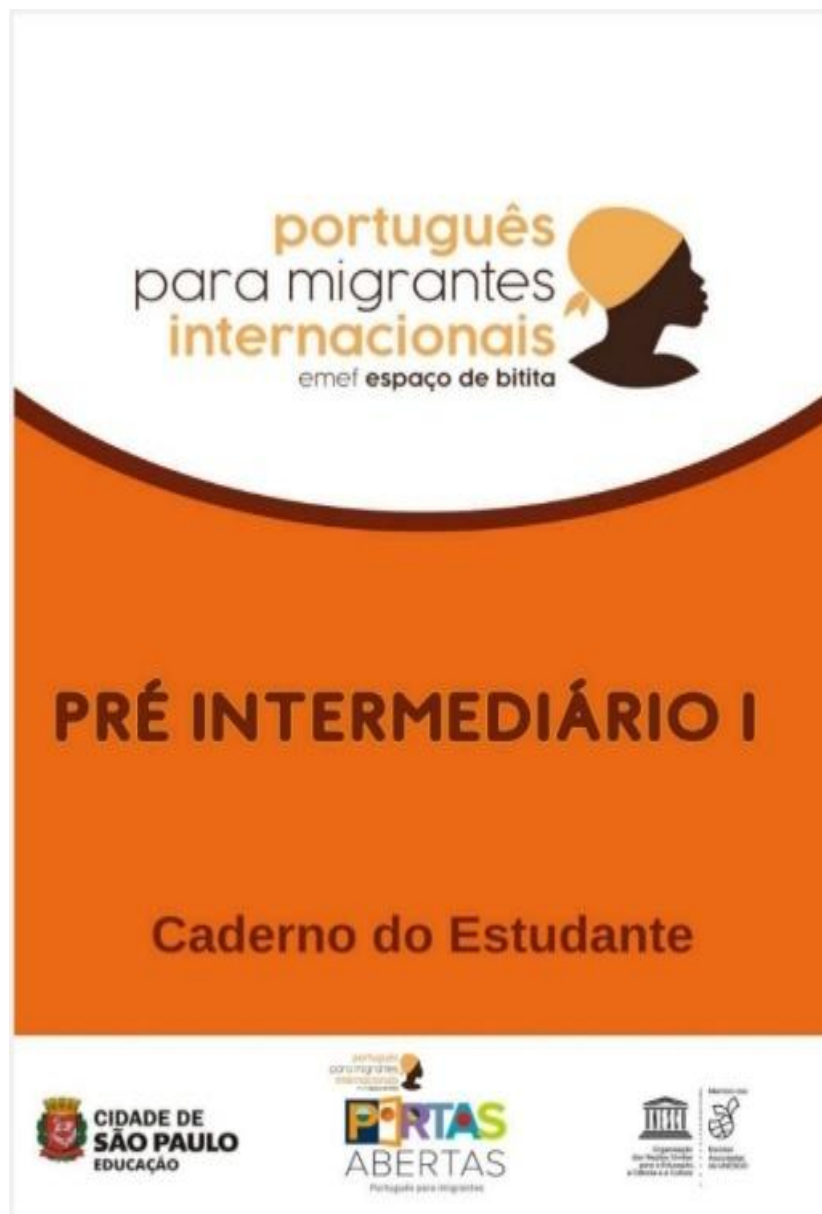
### **RELATANDO A EXPERIÊNCIA NO “ESPAÇO DE BITITA”**

A monitoria na Escola Espaço de Bitita, atividade desenvolvida como parte da disciplina de Práticas Extensionistas, do curso de Letras-Português, do IFSP-SPO, ministrada pelo docente Flavio Biasutti Valadares, proporcionou uma valiosa experiência de trabalho voluntário em sala de aula para migrantes internacionais e refugiados da turma Pré-Intermediário I.

A disciplina de Práticas Extensionistas tem como objetivo proporcionar aos alunos a oportunidade de vivenciar a prática da extensão universitária, ou seja, de aplicar os conhecimentos adquiridos na universidade em projetos que beneficiem a comunidade. Os alunos da disciplina de Práticas Extensionistas têm a oportunidade de atuar em diversos projetos, como o **Espaço de Bitita**, e assim contribuir para a transformação da realidade social.

Inicialmente, a atividade consistia em cinco terças-feiras de auxílio aos alunos em suas necessidades individuais, sob a supervisão da professora. No entanto, após duas semanas, a professora precisou se afastar por motivos de saúde, exigindo um esforço adicional para assumir a sala. A partir de 22 de outubro de 2024, então, as aulas passaram a ser ministradas de forma intercalada entre mim e a colega Sueli Rodrigues dos Santos Zabini.

Para o andamento das aulas, utilizamos uma apostila padrão para o nível de conhecimento dos alunos em português como língua de acolhimento, combinando os assuntos abordados no material com temas da atualidade relacionados ao cotidiano de cada um. Nesse ponto, frisamos que nosso objetivo era criar um ambiente de aprendizado em que os alunos fossem os protagonistas, relacionando os assuntos abordados, principalmente a conjugação verbal, principal tema da apostila, com suas próprias vivências.



**Apostila Português para Migrantes Internacionais Espaço de Bitita – Pré-Intermediário I**

A conversação foi um tema central, e o formato da sala de aula em U facilitou a abordagem. Essa configuração permitiu explorar a formação de frases com palavras aleatórias ou imagens, e até mesmo o uso de cartões postais como meio de identificação pessoal ou criação de memórias, tanto oralmente quanto por escrito.



Fonte: Alunos do Pré Intermediário 1 - 2024

Em relação a palavras ou objetos desconhecidos, buscávamos abordá-los de forma prática, assim como alguns alimentos, a fim de tornar a aula mais dinâmica e real.

Pg 54

|               | Ser      | Fazer    | Falar      | Escolher      |
|---------------|----------|----------|------------|---------------|
| Eu.           | Seria    | Faria    | Falaria    | Escolheria    |
| Você.         | Seria    | Faria    | Falaria    | Escolheria    |
| Ele ou Ela.   | Seria    | Faria    | Falaria    | Escolheria    |
| Agente.       | Seria    | Faria    | Falaria    | Escolheria    |
| Nós.          | Seríamos | Fariamos | Falaríamos | Escolheríamos |
| Vocês.        | Seriam   | Fariam   | Falariam   | Escolheriam   |
| Eles ou Elas. | Seriam   | Fariam   | Falariam   | Escolheriam   |

Aula sobre verbos



Formatura – 2024



Voluntários – 2024

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A monitoria na **Escola Espaço de Bitita** proporcionou um aprendizado significativo sobre a realidade dos migrantes e refugiados, além de aprimorar habilidades de comunicação e didática, tendo sido uma experiência com alunos de diferentes nacionalidades e culturas um ensinamento não apenas de aspectos ligados à docência, mas também de outros pontos da vida, como ser mais paciente, ter mais compreensão e buscar a adaptação frente às situações cotidianas de uma sala de aula diversa.

O trabalho realizado via monitoria contribuiu para o desenvolvimento dos alunos, que puderam aprender português de forma mais dinâmica e contextualizada, além de se sentirem mais acolhidos e integrados à comunidade escolar. Nesse sentido, retomamos nosso objetivo nesse relato, que é o explicitar a relevância e a contribuição, visando a capacitar estudantes a se comunicarem em português em situações cotidianas, promovendo o diálogo intercultural e ressaltando sua plena integração social e acesso aos direitos.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, José H. Fischel de; MARCOLINI, Adriana. A política brasileira de proteção e de reassentamento de refugiados: breves comentários sobre suas principais características. **Rev. Bras. Polít. Int.** 45 (1), Jun, 2002.
- BROWN, H.D. Teaching by Principles, an Interactive Approach. **To Language Pedagogy**. NY: Pearson Education, 2007
- BYRAM, M. **Teaching and assessing intercultural communicative competence**. Clevedon: Multilingual Matters, 1997.
- MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. In: \_\_\_. **Desafios decoloniais hoje**. Duke University, 2017.
- OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. **Concepções docentes sobre as relações étnico-raciais em educação e a lei 10.639**. In: *Anais da 30ª Reunião da Anped. GT: Didática* 2007.
- WALSH, Catherine. **Interculturalidad crítica y (de)colonialidad**. Ensayos desde Abya Yala. Quito: Ediciones Abya-Yala e Instituto Científico de Culturas Indígenas, 2012.